



Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro  
Gabinete do Presidente

Ofício nº. 025/2020

Referente ao Ofício nº. 1961/IIP/19; IC 31/IIP/17.

Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça,

Em atendimento ao Ofício nº. 1961/IIP/19, datado de 13 de dezembro de 2019, encaminho a Vossa Excelência as informações solicitadas.

Esclareço a Vossa Excelência que, no que concerne ao processo TCE/RJ nº. 206.639-6/2014, foram tomadas as seguintes providências:

- a) Em um primeiro momento foi aprovada a Lei Municipal 1.269/2017 de 15/03/2017, posteriormente revogada pela Lei Municipal nº 1.532 de 25/06/2019;
- b) Extinção dos cargos em comissão de serviços auxiliares e administrativos, nos termos da Lei Municipal nº 1.532 de 25/06/2019, conforme Anexo I da referida lei;
- c) Extinção dos cargos em comissão de Chefe de Gabinetes, nos termos da Lei Municipal nº 1.532 de 25/06/2019, Anexo I da referida lei;
- d) Os vencimentos básicos e os respectivos símbolos dos cargos em comissão encontram-se fixados em lei, nos termos da Lei Municipal nº 1.532 de 25/06/2019, Anexo II da referida lei;
- e) Foi realizado concurso público para o preenchimento de cargos efetivos recém criados e anteriormente ocupados por pessoal comissionado, conforme a planilha em anexo contendo o quantitativo de pessoal comissionado, estabilizados e os aprovados e nomeados no referido concurso público;
- f) Diante da posse dos servidores nomeados após o concurso público, o quantitativo proporcional entre servidores efetivos, estabilizados e comissionados está na proporção de 22 (vinte e dois) cargos efetivos e



Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro  
Gabinete do Presidente

estabilizados para 19 (dezenove) cargos em comissão, conforme tabela em anexo.

- g) Os cargos de Assessores Legislativos não são contabilizados para o cálculo do referido quantitativo, posto que, tais cargos são especiais na estrutura administrativa e são vinculados diretamente aos Vereadores. O quantitativo destes cargos foi reduzido para 22 (vinte e dois) na Lei Municipal nº 1.532 de 25/06/2019.

É importante ressaltar que, as providências determinadas no processo TCE/RJ nº. 206.639-6/2014 foram objeto dos seguintes procedimentos nesta douta Promotoria de Justiça: Ofício nº. 1306/IIP/19, de 30/09/2019 e Ofício nº. 1571/IIP/19 de 25/10/2019, nos quais providências acima já foram apontadas.

Seguem em anexo: a Lei Municipal 1.269/2017 de 15/03/2017 (revogada), a Lei Municipal nº 1.532 de 25/06/2019 que dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de Pirai e a tabela com o quantitativo de cargos efetivos, comissionados, estabilizados com a respectiva proporção.

Na oportunidade, reitero os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Pirai (RJ), 28, de janeiro de 2020.

Vereador Alex Joaquim da Silva

Presidente

A Sua Excelência o Senhor,

**ANDRÉ LUIZ MIRANDA CAVALCANTE.**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE BARRA DO PIRAI.**

**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPERJ.**

**Rua José Alves Pimenta, nº 1045, Matadouro, Barra do Pirai-RJ, CEP: 27115-010.**

**MPRJ**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIROCâmara Municipal de Pirai  
Protocolo nº 0030

13 JAN 2020

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Barra do Pirai

Barra do Pirai – Paracambi – Pirai – Rio das Flores – Valença

Livro

Fis

OFÍCIO Nº. 1961/IIP/19

(Favor mencionar na resposta:

IC 31/IIP/17; Ofício nº. 1961/IIP/19)

C.M.P. - Pirai - RJ

Processo nº 0030

Rubrica 0030 Fis 02

Barra do Pirai, 13 de dezembro de 2019

Inquérito Civil nº. 31/IIP/17 (MPRJ nº 201700328293)


Assunto: *Cidadania Concurso Público. Improbidade Administrativa. Notícia de que a Câmara Municipal de Pirai estaria procedendo a criação irregular de cargos comissionados, violando a regra do concurso público. Suposta violação do Art. 37. II da Constituição Federal, devido a ausência de Concurso Público. Possível não observância de determinações expedidas pelo TCE/RJ.*

Prazo: 15 (quinze) dias a contar do recebimento

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que este subscreve, vem esclarecer que as informações anteriormente requisitadas não foram integralmente prestadas e requisitar explanação específica a respeito das providências que vêm sendo adotadas para cumprimento da determinação do TCE/RJ nos autos de n.º 106.639-6, nomeadamente a necessária proporcionalidade entre cargos providos em comissão e cargos efetivos, nos termos da decisão proferida pela Corte de Contas. Prazo 15 dias.

Sem mais para o momento, renovo elevados protestos de estima e consideração.



ANDRÉ LUIZ MIRANDA CAVALCANTE  
Promotor de Justiça  
Matrícula 8753

Ao Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Pirai

Rua Dr. L. A. G. Silveira, nº 16, Centro, Pirai - RJ

CEP 27175-000

**MPRJ**

Rua José Alves Pimenta, nº 1045, 2º Andar  
Matadouro – Barra do Pirai, RJ - Brasil  
CEP 27115-010 - Telefone: (24) 2442-6235  
E-mail: 2pjtc.bpirai@mprj.mp.br